



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 10 matérias

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 12 de março de 2013

A CRITICA

Guerra fiscal: ZFM sob ameaça do Sul e Sudeste 1
VEICULAÇÃO LOCAL

AMAZONAS EM TEMPO

Polo naval apto para ser instalado, afirma Seplan 2
VEICULAÇÃO LOCAL

VALOR ECONÔMICO

Partidos disputam cargos em 6 agências reguladoras 3
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR ECONÔMICO

Produção industrial ensaia reação, mas ainda irregular 5
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR ECONÔMICO

Partidos disputam cargos em 6 agências reguladoras 7
VEICULAÇÃO NACIONAL

CORREIO BRAZILIENSE

Comissão convoca Guido Mantega para dar explicações sobre contas públicas 9
VEICULAÇÃO NACIONAL

JORNAL DE SANTA CATARINA

Reforma do primeiro escalão atinge cinco ministérios 10
VEICULAÇÃO NACIONAL

MASKATE

SUFRAMA, ATARANTADA ENTRE O PIBINHO DE DILMA E O FERNANDINHO PIMENTEL 12
VEICULAÇÃO NACIONAL

JB ONLINE

Congresso tem sessão hoje para concluir votação do Orçamento 14
VEICULAÇÃO NACIONAL

CENARIO MT

Tratamento diferenciado à Zona Franca de Manaus na reforma do ICMS é positivo, diz secretário 15
VEICULAÇÃO NACIONAL

	VEÍCULO A CRITICA	EDITORIA	
	TÍTULO Guerra fiscal: <u>ZFM</u> sob ameaça do Sul e Sudeste		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Na Resolução que trata desse assunto e que será apreciada pelo Senado, há dois tipos de alíquota atualmente cobradas referente ao ICMS interestadual: 12% e 7%

12 de Março de 2013

ACRITICA.COM

ZFM está sob ameaça do Sul e Sudeste (Arquivo/Suframa)

Os Estados do Sul e do Sudeste se articulam para promover mudanças nos projetos que o governo enviou à Câmara e ao Senado para levar adiante a unificação das alíquotas interestaduais de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Foi o que informou nesta segunda-feira (11), em seu site, o jornal Valor Econômico.

Uma das reivindicações deles será quanto ao fato de que o Estado do Amazonas, por conta da Zona Franca de Manaus, e o Mato Grosso, em função do gás natural, receberam tratamento diferenciado por parte do Governo Federal, visto que os dois estados manterão a alíquota de 12%, enquanto os demais estados da federação ficarão com uma alíquota unificada em 4%, no prazo de 12 anos.

Na Resolução que trata desse assunto e que será apreciada pelo Senado, há dois tipos de alíquota atualmente cobradas referente ao ICMS interestadual: 12% e 7%. Além disso, o governo enviou para essa Casa uma Medida Provisória (nº 599, de 2012) que cria os fundos de

compensação e de desenvolvimento regional, e um projeto de lei complementar que altera o indexador das dívidas de Estados e municípios com a União – hoje indexada pelo IGP-D, o qual passará para o IPCA.

De acordo com o secretário de Fazenda do Paraná, Luiz Carlos Hauly, há “toda uma estratégia” para poder encaminhar o trâmite das propostas e tentar proteger os interesses desses Estados. Segundo Hauly, a proposta original do Ministério da Fazenda para a reforma do ICMS era boa, mas, no fim, o governo parece ter cedido aos Estados de Norte, Nordeste e Centro-Oeste e apresentou uma proposta com prazos e outros pontos diferentes dos previamente discutidos no Confaz.

Segundo o senador Delcídio Amaral (PT-MS), relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do projeto de resolução unificando o ICMS, o governo gostaria que o “pacote todo” de questões federativas que estão em tramitação - reforma do ICMS, negociação das dívidas e FPE - fosse aprovado até o fim do primeiro semestre. O líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), acredita numa negociação que envolva todas as questões do pacto federativo. “Um diálogo federativo no conjunto não pode ser evitado”, afirma.

Junto com a discussão do fim da guerra fiscal, os governadores de todos os Estados querem tratar de reduzir o limite de comprometimento da receita líquida de 15% para 9%.

	VEÍCULO AMAZONAS EM TEMPO	EDITORIA	
	TÍTULO Polo naval apto para ser instalado, afirma Seplan		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

O polo naval conciliará os interesses econômicos e socioambientais da região em que deve ser instalado, no lago do Puraquequara, Zona Leste de Manaus.

Pelo menos é o que assegurou o titular da Secretaria de Estado de Planejamento e **Desenvolvimento** Econômico (Seplan), Airton Claudino, durante a audiência pública realizada no fim da última semana na Assembleia Legislativa do **Amazonas** (Aleam), onde se debateu a situação das populações tradicionais e ribeirinhas frente ao projeto industrial.

“Nossa intenção é integrar a comunidade ao projeto. Abrir novas frentes de negócios para os produtores da área e não esvaziar os nichos de economia, que já existem na área. Quem está naquela região a vida inteira, trabalhando, vai continuar lá até quando quiser”, destacou.

Uma das preocupações recorrentes dos líderes comunitários, que se manifestaram durante a audiência, foi quanto ao fato do governo ter editado um decreto instituindo uma parte da região como de interesse público, sem que os moradores fossem consultados.

“A comunidade não foi ouvida, porque a área ainda não tinha sido definida de fato como local do polo naval. Os

estudos ainda não tinham sido concluídos. O decreto foi editado a fim de evitar possível especulação imobiliária na área”, detalhou o secretário.

Projeto

O futuro distrito naval deve ocupar uma área de 38,8 quilômetros. O projeto prevê a instalação de dois grandes estaleiros, seis estaleiros de médio porte e outros 60 de pequeno porte.

Sua primeira etapa será concluída em até três anos e deve gerar cerca de 20 mil empregos diretos e movimentar negócios de aproximadamente R\$ 1 bilhão com a construção de barcos esportivos e de luxo, lazer, turismo, além de flutuantes, balsas e pequenas embarcações.

A indústria naval do **Amazonas** emprega atualmente cerca de 12 mil pessoas, sendo o terceiro maior gerador de emprego do país neste segmento.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Partidos disputam cargos em 6 agências reguladoras		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A possibilidade de troca de comando em seis agências reguladoras até o fim do ano atraiu a cobiça dos partidos da base governista, especialmente PMDB e PTB, que se movimentam para obter as indicações. Estão em aberto ou ficarão livres 24 vagas nas diretorias dos órgãos reguladores até dezembro. O governo não terá um caminho fácil para apontar esses dirigentes. Uma manobra regimental na Comissão de Infraestrutura do Senado dificulta a aprovação de nomes escolhidos pelo Palácio do Planalto sem acordo prévio com os parlamentares

Dilma troca chefia de seis agências e PMDB faz ofensiva por cargos

Por Daniel Rittner | De Brasília

Hubner: pemedebistas querem cargo de diretor-geral da Aneel, que termina hoje

A presidente Dilma Rousseff tem nas mãos a possibilidade de trocar o comando de seis agências reguladoras até o fim deste ano. Ao todo, estão em aberto ou ficarão livres 24 vagas nas diretorias das agências, até dezembro.

De olho nos cargos, os partidos da base governista - principalmente o PMDB e o PTB - se movimentam nos bastidores para emplacar seus aliados. E já fizeram uma manobra regimental, na Comissão de Infraestrutura do Senado, para dificultar a aprovação de nomes indicados pelo Palácio do Planalto sem acordo prévio com os parlamentares.

As trocas nas chefias das agências incluem a Aneel (energia elétrica), a Anatel (telecomunicações), a Anac (aviação civil), a ANTT (transportes terrestres), a Antaq (transportes aquaviários) e a Ancine (cinema e audiovisual).

Com a justificativa de comprovar a capacidade técnica dos indicados pelo Planalto, o senador Fernando Collor (PTB-AL) introduziu novas regras assim que assumiu a Comissão de Infraestrutura, em fevereiro. A partir de agora, os relatores de cada processo na comissão deverão preparar uma "análise prévia da admissibilidade do indicado", podendo devolver à presidência do Senado os nomes de candidatos.

A manobra foi costurada por Collor e pelo presidente Renan Calheiros (PMDB-AL). Na teoria, aumenta o rigor das

análises. Na prática, segundo admitem alguns parlamentares, cria um mecanismo que protela indefinidamente indicações contrárias aos interesses dos partidos políticos.

Uma das maiores disputas gira em torno da Aneel, onde termina hoje o mandato do diretor-geral, Nelson Hubner. O PMDB já avisou ao Planalto que a recondução de Hubner, um dos mais próximos auxiliares de Dilma, corria risco de ser vetada no Senado - e o governo preferiu não arriscar.

A tendência da presidente é nomear Romeu Rufino, um técnico com mais 17 meses de mandato na Aneel, para chefiar a agência. Ele participou ativamente das discussões sobre o plano de energia que culminou com a redução de 20% das contas de luz. No processo de renovação das concessões de usinas hidrelétricas e linhas de transmissão, ele teve papel fundamental nos cálculos de indenizações às empresas, valendo-se de seus conhecimentos como contador. Com isso, ganhou a confiança de Dilma.

Um grupo de associações empresariais do setor elétrico, que acusa a Aneel de ter perdido autonomia decisória e hoje atuar como um apêndice do **Ministério** de Minas e Energia, trabalha pela indicação de Edvaldo Alves de Santana. Para as associações, ele é um nome capaz de restaurar plenamente a confiança do **mercado** na Aneel, mas há um obstáculo concreto para sua promoção ao comando da agência: Santana tem seu segundo mandato vencendo em dezembro e seria preciso uma alteração legal para lhe garantir mais tempo no cargo, o que é uma possibilidade remota.

O PMDB está decidido a cavar mais espaço na Aneel e quer uma ou duas cadeiras em sua diretoria colegiada. Um dos candidatos preferidos do partido é o procurador Márcio Pina, da Advocacia-Geral da União (AGU), atualmente diretor jurídico e regulatório da Enersul - distribuidora do Mato Grosso do Sul que está sob intervenção da agência reguladora. Já o governo cogita indicar Rutelly Marques da Silva, secretário-adjunto de acompanhamento econômico do **Ministério** da Fazenda, para uma das vagas na agência. Hubner não deve ficar muito tempo desempregado. Ele é cotado para a secretaria-executiva da Casa Civil. O titular, Beto Vasconcelos, deve sair em junho.

Na Anatel, o impasse vai demorar mais um pouco, mas tem data marcada: novembro, mês em que expira o mandato como presidente do petista João Rezende, ligado ao ministro das Comunicações, Paulo Bernardo. O PMDB quer a vaga e pretende levar ao cargo o advogado Marcelo Bechara, já conselheiro da agência, afilhado político do ex-ministro e ex-senador mineiro Hélio Costa.

A Anac tem suas cinco vagas preenchidas e nenhuma delas fica livre em 2013, mas a permanência do economista Marcelo Guaranyts como diretor-presidente ainda depende do futuro da Secretaria de Aviação Civil, que também pode ser repassada ao PMDB. Guaranyts tem mais três anos de mandato, mas sua chefia está garantida apenas até julho.

Para evitar a captura da ANTT e da Antaq por partidos de sua base, Dilma tem estendido indefinidamente a interinidade de seus diretores, ganhando tempo com as indicações definitivas. Na Antaq, que ficará responsável por licitar dezenas de áreas arrendadas nos portos públicos e por autorizar novos portos privados, um decreto nomeou dois diretores em caráter provisório. Antes de concluir a tramitação da Medida Provisória 595, a MP dos Portos, o governo não quer mais confusão e se recusa a mexer com o assunto. O líder do PTB no Senado, Gim Argello (DF), pleiteia uma vaga.

Por enquanto, o ex-ministro da Secretaria dos Portos Pedro Brito continua à frente da Antaq, como diretor-geral interino. Ele goza da confiança de Dilma, mas tem dificuldade em receber aval de seu partido, o PSB, para uma nomeação definitiva. No fim do governo Lula, Brito perdeu apoio dos irmãos Ciro e Cid Gomes, que eram seus padrinhos políticos

em Brasília. Desde então, entrou na cota pessoal da presidente.

A ANTT, que vai conduzir megalicitações neste ano, só não interrompeu totalmente suas atividades graças a um decreto que permitiu a nomeação de três diretores interinos. O decreto saiu poucos dias depois do veto à recondução de Bernardo Figueiredo, em março do ano passado, ao comando da agência. Os três interinos se mantêm até hoje nos cargos. Dilma já indicou seus substitutos, mas o Senado ainda não agendou as sabatinas, em um sinal de insatisfação com o perfil técnico dos candidatos.

A agência deverá leiloar nos próximos meses 10 mil quilômetros de ferrovias, 7,5 mil quilômetros de rodovias e o trem de alta velocidade entre o Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas. Para comandá-la, a intenção do governo é nomear o economista Daniel Sigelmann, um dos três já indicados. Ele é um dos principais secretários do **Ministério** dos Transportes. Os planos, no entanto, ainda podem mudar.

O ministro Paulo Passos, xodó de Dilma na área, deverá ser convidado para a chefia da ANTT caso perca sua vaga na Esplanada dos **Ministérios**. O cargo dele é cobiçado pelo PMDB e pelo PR, legenda à qual é filiado, embora não conte com o respaldo do partido. A presidente gosta do trabalho dele e reluta em tirá-lo do primeiro escalão.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Produção industrial ensaia reação, mas ainda irregular		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A indústria começou o ano bem, alimentando a expectativa de recuperação da economia neste ano, depois do desempenho desapontador de 2012, quando o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu só 0,9%.

A **produção** da indústria, que representa 26,3% do PIB, cresceu 2,5% em janeiro sobre dezembro, com ajuste sazonal, o maior índice desde março de 2010. O dado mais animador foi o salto de 8,2% da **produção** de bens de capital, à frente dos bens de consumo duráveis, que aumentaram 2,5%; dos bens intermediários, com 0,9%; e dos semi e não duráveis, com 0,2%.

Em um período mais longo, os resultados foram igualmente animadores. A **produção** industrial, que havia encolhido 2,6% em 2012, cresceu 5,7% nos 12 meses terminados em janeiro. Os bens de capital também se sobressaíram nessa mesma base de comparação, crescendo 17,3%. Dos 27 segmentos pesquisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 18 registraram expansão.

No entanto, o otimismo inspirado por esses números não resiste a uma análise mais profunda. Os resultados do início de ano foram favorecidos pela reduzida base de comparação em 2012, quando a economia afundou, e puxados por setores que pior se comportaram. É o caso dos bens de capital, cuja expansão em janeiro está diretamente relacionada ao aumento da **produção** dos bens para transporte, de 3,2% sobre dezembro e de nada menos que 61,3% sobre janeiro de 2012. Nessa categoria se incluem os caminhões e ônibus, cuja **produção** saltou 23% sobre dezembro e 206,4% sobre janeiro do ano passado, quando as vendas ficaram virtualmente paralisadas em função da entrada em vigor de novas normas técnicas. A previsão de mudança levou os consumidores a anteciparem as compras para 2011 porque os novos veículos, mais eficientes e menos poluentes, são também mais caros.

Desconsiderada a fabricação de caminhões e ônibus, a **produção** industrial teria sido significativamente menor: segundo cálculos da LCA Consultores, feitos a pedido do Valor (8/3), a variação sobre dezembro, diminuiria dos 2,5% para módico 1%; e, em relação a janeiro de 2012, cairia de 5,7% para 4%.

Além disso, nem todo tipo de bens de capital mostrou a mesma exuberância. A **produção** de bens de capital para a indústria, por exemplo, diminuiu 3,9% na comparação com janeiro de 2012; os destinados à agricultura, caíram 18,5%; e à construção, 1,9%.

O desempenho da indústria em janeiro também foi beneficiado pelo aumento da **produção** de veículos automotores, de 4,7% em relação a dezembro e 39,3% em comparação com janeiro de 2012, totalmente influenciado pelo efeito da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) no ânimo dos compradores. O incentivo fiscal, que chegou a zerar o IPI do automóvel 1.0 e reduzir a tributação sobre veículos de mais cilindradas, entrou em vigor em maio e voltou a ser gradualmente recomposto em janeiro. A expectativa de aumento do imposto causou uma onda de compras na virada do ano, que reduziu os estoques e incentivou a **produção**.

No entanto, tudo indica que fevereiro já não foi um mês muito bom para a indústria. Dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) mostram que a **produção** de veículos, entre automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus, recuou 17,9% em comparação com janeiro, embora tenha subido 5,2% frente a igual mês de 2012. As vendas também diminuiriam. Outros indicadores como o índice da sondagem da Sondagem da Indústria da Transformação da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o consumo de energia não foram tão ruins, mas também não foram tão exuberantes quanto em janeiro, levando alguns analistas a prever uma queda na **produção** industrial no mês passado.

Outros analistas - especialmente os do governo - já estão de olho nos tenros indicadores deste mês, que mal começou mas mostra dados mais promissores (Valor, 8/3). Na primeira semana do mês, houve um aumento de 7,28% na venda de caminhões e de 9,59% na venda de automóveis, na comparação com o resultado da média de dias úteis de fevereiro.

A realidade é que ainda é cedo para tirar conclusões a respeito do desempenho da economia no ano todo. Embora a expectativa continue sendo de melhoria do PIB, a economia

tem mantido o padrão de alternância de meses de recuperação com meses de recuo da **produção** industrial que caracterizou o ano passado, muito dominado pelo setor de

veículos. Além de lenta, a recuperação continua irregular, influenciando os passos da política monetária e fiscal.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Partidos disputam cargos em 6 agências reguladoras		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A possibilidade de troca de comando em seis agências reguladoras até o fim do ano atraiu a cobiça dos partidos da base governista, especialmente PMDB e PTB, que se movimentam para obter as indicações. Estão em aberto ou ficarão livres 24 vagas nas diretorias dos órgãos reguladores até dezembro. O governo não terá um caminho fácil para apontar esses dirigentes. Uma manobra regimental na Comissão de Infraestrutura do Senado dificulta a aprovação de nomes escolhidos pelo Palácio do Planalto sem acordo prévio com os parlamentares

Dilma troca chefia de seis agências e PMDB faz ofensiva por cargos

Por Daniel Rittner | De Brasília

Hubner: pemedebistas querem cargo de diretor-geral da Aneel, que termina hoje

A presidente Dilma Rousseff tem nas mãos a possibilidade de trocar o comando de seis agências reguladoras até o fim deste ano. Ao todo, estão em aberto ou ficarão livres 24 vagas nas diretorias das agências, até dezembro.

De olho nos cargos, os partidos da base governista - principalmente o PMDB e o PTB - se movimentam nos bastidores para emplacar seus aliados. E já fizeram uma manobra regimental, na Comissão de Infraestrutura do Senado, para dificultar a aprovação de nomes indicados pelo Palácio do Planalto sem acordo prévio com os parlamentares.

As trocas nas chefias das agências incluem a Aneel (energia elétrica), a Anatel (telecomunicações), a Anac (aviação civil), a ANTT (transportes terrestres), a Antaq (transportes aquaviários) e a Ancine (cinema e audiovisual).

Com a justificativa de comprovar a capacidade técnica dos indicados pelo Planalto, o senador Fernando Collor (PTB-AL) introduziu novas regras assim que assumiu a Comissão de Infraestrutura, em fevereiro. A partir de agora, os relatores de cada processo na comissão deverão preparar uma "análise prévia da admissibilidade do indicado", podendo devolver à presidência do Senado os nomes de candidatos.

A manobra foi costurada por Collor e pelo presidente Renan Calheiros (PMDB-AL). Na teoria, aumenta o rigor das

análises. Na prática, segundo admitem alguns parlamentares, cria um mecanismo que protela indefinidamente indicações contrárias aos interesses dos partidos políticos.

Uma das maiores disputas gira em torno da Aneel, onde termina hoje o mandato do diretor-geral, Nelson Hubner. O PMDB já avisou ao Planalto que a recondução de Hubner, um dos mais próximos auxiliares de Dilma, corria risco de ser vetada no Senado - e o governo preferiu não arriscar.

A tendência da presidente é nomear Romeu Rufino, um técnico com mais 17 meses de mandato na Aneel, para chefiar a agência. Ele participou ativamente das discussões sobre o plano de energia que culminou com a redução de 20% das contas de luz. No processo de renovação das concessões de usinas hidrelétricas e linhas de transmissão, ele teve papel fundamental nos cálculos de indenizações às empresas, valendo-se de seus conhecimentos como contador. Com isso, ganhou a confiança de Dilma.

Um grupo de associações empresariais do setor elétrico, que acusa a Aneel de ter perdido autonomia decisória e hoje atuar como um apêndice do **Ministério** de Minas e Energia, trabalha pela indicação de Edvaldo Alves de Santana. Para as associações, ele é um nome capaz de restaurar plenamente a confiança do **mercado** na Aneel, mas há um obstáculo concreto para sua promoção ao comando da agência: Santana tem seu segundo mandato vencendo em dezembro e seria preciso uma alteração legal para lhe garantir mais tempo no cargo, o que é uma possibilidade remota.

O PMDB está decidido a cavar mais espaço na Aneel e quer uma ou duas cadeiras em sua diretoria colegiada. Um dos candidatos preferidos do partido é o procurador Márcio Pina, da Advocacia-Geral da União (AGU), atualmente diretor jurídico e regulatório da Enersul - distribuidora do Mato Grosso do Sul que está sob intervenção da agência reguladora. Já o governo cogita indicar Rutelly Marques da Silva, secretário-adjunto de acompanhamento econômico do **Ministério** da Fazenda, para uma das vagas na agência. Hubner não deve ficar muito tempo desempregado. Ele é cotado para a secretaria-executiva da Casa Civil. O titular, Beto Vasconcelos, deve sair em junho.

Na Anatel, o impasse vai demorar mais um pouco, mas tem data marcada: novembro, mês em que expira o mandato como presidente do petista João Rezende, ligado ao ministro das Comunicações, Paulo Bernardo. O PMDB quer a vaga e pretende levar ao cargo o advogado Marcelo Bechara, já conselheiro da agência, afilhado político do ex-ministro e ex-senador mineiro Hélio Costa.

A Anac tem suas cinco vagas preenchidas e nenhuma delas fica livre em 2013, mas a permanência do economista Marcelo Guaranyts como diretor-presidente ainda depende do futuro da Secretaria de Aviação Civil, que também pode ser repassada ao PMDB. Guaranyts tem mais três anos de mandato, mas sua chefia está garantida apenas até julho.

Para evitar a captura da ANTT e da Antaq por partidos de sua base, Dilma tem estendido indefinidamente a interinidade de seus diretores, ganhando tempo com as indicações definitivas. Na Antaq, que ficará responsável por licitar dezenas de áreas arrendadas nos portos públicos e por autorizar novos portos privados, um decreto nomeou dois diretores em caráter provisório. Antes de concluir a tramitação da Medida Provisória 595, a MP dos Portos, o governo não quer mais confusão e se recusa a mexer com o assunto. O líder do PTB no Senado, Gim Argello (DF), pleiteia uma vaga.

Por enquanto, o ex-ministro da Secretaria dos Portos Pedro Brito continua à frente da Antaq, como diretor-geral interino. Ele goza da confiança de Dilma, mas tem dificuldade em receber aval de seu partido, o PSB, para uma nomeação definitiva. No fim do governo Lula, Brito perdeu apoio dos irmãos Ciro e Cid Gomes, que eram seus padrinhos políticos

em Brasília. Desde então, entrou na cota pessoal da presidente.

A ANTT, que vai conduzir megalicitações neste ano, só não interrompeu totalmente suas atividades graças a um decreto que permitiu a nomeação de três diretores interinos. O decreto saiu poucos dias depois do veto à recondução de Bernardo Figueiredo, em março do ano passado, ao comando da agência. Os três interinos se mantêm até hoje nos cargos. Dilma já indicou seus substitutos, mas o Senado ainda não agendou as sabatinas, em um sinal de insatisfação com o perfil técnico dos candidatos.

A agência deverá leiloar nos próximos meses 10 mil quilômetros de ferrovias, 7,5 mil quilômetros de rodovias e o trem de alta velocidade entre o Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas. Para comandá-la, a intenção do governo é nomear o economista Daniel Sigelmann, um dos três já indicados. Ele é um dos principais secretários do **Ministério** dos Transportes. Os planos, no entanto, ainda podem mudar.

O ministro Paulo Passos, xodó de Dilma na área, deverá ser convidado para a chefia da ANTT caso perca sua vaga na Esplanada dos **Ministérios**. O cargo dele é cobiçado pelo PMDB e pelo PR, legenda à qual é filiado, embora não conte com o respaldo do partido. A presidente gosta do trabalho dele e reluta em tirá-lo do primeiro escalão.



VEÍCULO CORREIO BRAZILIENSE	EDITORIA	
TÍTULO Comissão convoca Guido Mantega para dar explicações sobre contas públicas		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Outro requerimento, que pede a presença da presidente da Petrobras, Graça Foster, para falar sobre o fechamento da unidade da estatal na Argentina, também foi aprovado

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou nesta terça-feira (12/3) um requerimento do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) para que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, compareça à comissão para dar explicações sobre a “contabilidade criativa utilizada para acertamento das contas públicas de 2012 e também de 2011”

O ministro deverá comparecer à CAE na quinta-feira (21/3), às 10h. A comissão também aprovou requerimento da senadora (PP-RS) para que a presidente da Petrobras, Graça Foster, venha à casa para explicar o fechamento da unidade da estatal na Argentina.

Neste momento, o secretário executivo do **Ministério** da Fazenda, Nelson Barbosa, participa de audiência, para discutir a medida que propõe a unificação da alíquota do Imposto sobre Circulação de **Mercadorias (ICMS)** interestadual

	VEÍCULO JORNAL DE SANTA CATARINA	EDITORIA	
	TÍTULO Reforma do primeiro escalão atinge cinco <u>Ministérios</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

BRASÍLIA - A reforma no primeiro escalão do governo deverá atingir cinco Ministérios e contemplar quatro partidos: PMDB, PSD, PDT e PR. A presidente Dilma Rousseff (PT) planeja fazer o anúncio nesta semana, mantendo intocada a equipe econômica.

A lógica da movimentação é ampliar a força gravitacional de Dilma sobre partidos aliados, tentando evitar que sejam atraídos ou pela oposição ou pelo PSB do governador Eduardo Campos (PE), virtual candidato ao Palácio do Planalto em 2014.

Conforme o desenho atual, serão alvo de mudanças as pastas do Trabalho, Aviação Civil, Secretaria de Assuntos Estratégicos, Agricultura e Micro e Pequena Empresas. Provavelmente será a penúltima mexida na configuração da Esplanada antes das eleições de 2014.

A última se dará entre fevereiro e março do ano que vem, quando desembarcarão ministros interessados em disputar o comando de estados. Há dois petistas se preparando para sair na próxima ocasião: Gleisi Hoffmann (Casa Civil), do Paraná, e Fernando **PIM**entel (**Desenvolvimento**), provável candidato em Minas Gerais.

O Ministério da Ciência e Tecnologia deverá ficar de fora, segundo a presidente Dilma tem indicado em conversas recentes.

Após assumir o controle da Câmara e do Senado, o PMDB ganhará a Aviação Civil. A vaga é ocupada por Wagner Bittencourt, um funcionário de carreira do **BNDES**, que deve ser substituído pelo peemedebista Moreira Franco, atualmente ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos.

O partido quer tirar Mendes Ribeiro (PMDB-RS) da Agricultura. Propôs a Dilma locá-lo na secretaria ocupada por Moreira Franco. A cúpula da sigla argumenta que, numa área menos atribulada, Mendes teria tranquilidade para se recuperar de um tratamento contra um câncer.

O ministro, porém, não pensa assim e resiste em deixar o cargo. O deputado Antônio Andrade (PMDB-MG)

é o mais cotado para substituí-lo no Ministério da Agricultura.

No Ministério do Trabalho, a mudança deve restabelecer o controle do ex-ministro Carlos Lupi, o presidente do PDT. Lupi deixou a pasta sob suspeita de cometer irregularidades e passou os últimos meses flertando com o PSDB do senador Aécio Neves (MG) e o PSB de Eduardo Campos.

O partido ameaçava romper com o governo Dilma se o Planalto insistisse em manter no cargo o pedetista Brizola Neto, desafeto de Lupi.

PSD assume a recém-criada pasta de Micro e Pequenas Empresas

Neto assumiu o posto no ano passado, mas não conseguiu apoio da ala majoritária da legenda para seguir na pasta. O indicado para o lugar de Brizola é o secretário-geral do PDT, Manoel Dias.

O PSD de Gilberto Kassab, hoje uma das principais forças no Legislativo, ganhará o Ministério das Micro e Pequenas Empresas. A presidente pretende nomear o vice-governador de São Paulo, Guilherme Afif Domingos. Nos bastidores, o partido diz que gostaria de conquistar mais um gabinete na Esplanada.

Dilma tem tido dificuldades para encontrar um lugar para o PR. O partido, expurgado do Ministério dos Transportes após escândalos de corrupção, pode ficar com o comando de uma estatal, em caráter temporário.

AS POSSÍVEIS MOVIMENTAÇÕES

1- O chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Moreira Franco, deve ser transferido para a Secretaria de Aviação Civil

2- O ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro, pode ficar no lugar de Moreira Franco na Secretaria de Assuntos Estratégicos

3- Para a Agricultura, o mais cotado é o deputado Antônio Andrade, do PMDB de Minas Gerais

4- No **Ministério** do Trabalho, o deputado Brizola Neto deve ser substituído por um dirigente do PDT, Manoel Dias

5- O **Ministério** das Micro e Pequenas Empresas está reservado para o vice-governador de São Paulo, Guilherme Afif Domingos, do PSD

	VEÍCULO MASKATE	EDITORIA	
	TÍTULO SUFRAMA, ATARANTADA ENTRE O <u>PIBINHO DE DILMA</u> E O FERNANDINHO PIMENTEL		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE NEGATIVO	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Quem cobrou a recuperação da BR 319 neste final de fevereiro, o mês das festas e desconversas? E quem teve bagos pra pedir esclarecimento sincero dessa bravata chamada Siderama, que promete um porto Mandrake, sem claque nem viabilidade de implantação. Ainda dá tempo de refletir as folias compulsivas e despropositadas da Suframa na semana em que completou 46 anos.

Com mais de um ano da gestão Thomaz Nogueira, um caboco vibrador e bem intencionado, que costuma levar a bom termo a missão que lhe é conferida, a Suframa fez uma festa como quem precisa contar vantagem e passar a ideia de uma poderosa euforia, que faz lembrar o baile da Ilha Fiscal, no crepúsculo da Monarquia, a despeito da madrugada em que iria eclodir a tomada de poder, trivial, imperceptível e fatal, que a história convencionou de chamar República, sem saber direito o que isso queria ou quer dizer até os dias que correm.

Seus dados, os da indústria contemplada com generosos incentivos fiscais, crescem por uma osmose de artimanha fiscal e numeral, e camufla o fato de que o desempenho da autarquia, com as devidas correções, reparos e atualizações monetárias, é o mesmo de há 10 anos, quando o desempenho era descrito em moeda americana.

O PIBinho da folia

Em 2013, na festa de aniversário da Suframa, quando o encolhimento da economia mundial, e a falseta do PIBinho nacional, deveria colocar todo mundo de prontidão, o que não faltou foi rojão, pra celebrar um suspeito PIBão industrial. De acordo com o ponto de vista, ou impressão de muitos dos presentes, o bolo da confraternização foi maior do que os números da prudência e da meditação.

O regozijo das estatísticas, o contentamento com as previsões otimistas, como diz um ensaísta local, fazia lembrar a vaidade de um sujeito sem dentes que sai do restaurante com um palito na boca. Menos, menos, diria Fernandinho PIMentel, o ministro gnomo que não dá as caras por aqui com medo de ser vaiado e hostilizado por toda a macacada que nele pretende limpar a mão.

Curupira da base ecológica

Boa vontade e intenção de segurar a peteca levantada, pra não espantar a freguesia, uma estratégia de plena agonia, a Suframa, na verdade, não consegue fazer o dever de casa. E qual, a rigor, esse conjunto alternativo de medidas que é preciso parir para um novo recomeço e perspectiva de transformação?

No final do governo Lula, há dois anos, o novo ministro do Desenvolvimento, do PT, já informado por seu antecessor, Miguel Jorge, um paulista e lídimo representante da canalha bandeirante, de que estava na hora de acabar com a freguesia fiscal, a atrapalhar os negócios do Sudeste e seus poderosos cabras da peste, mandou a ZFM – tão logo atou a própria rede na sombra de Dona Dilma - passear na floresta à procura do curupira e sua “base ecológica”. Ele não sabia de que estava falando, mas levou à risca a dramatização do script desprovido de roteiro, mas recheado de más intenções.

Com ajuda do Bocão

A proposta de mandar a ZFM passear na floresta tinha um único e exclusivo propósito de partilhar as vantagens fiscais do modelo com o estado de Minas Gerais, onde ministro Fernandinho pontifica, reza, celebra missa e distribui a extrema unção para quem não reza na cartilha de sua agremiação. Ele responde pela autarquia mas faz questão de dizer que com ela não tem qualquer intenção de se envolver.

E naquele momento, falou mais alto o intento de fazer vigorar o projeto político de ocupar a hegemonia eleitoral paulista, a começar pela capital, o que acabou acontecendo, na perspectiva de tomar de assalto a cadeira de Geraldo Álcool em Mim. E para isso, contou com a ajuda de Bocão, João Pedro e Vanessa Graziottin, que disseram sim, quando tablets, modens, monitores estavam na mira da partilha fiscal com perspectiva político-eleitoral.

Camuflando resultados

Pra não perder o vício, a Suframa anda fazendo festa com resultados apressados de um otimismo estéril, achando que os economistas locais têm nariz atravessado. Pra assegurar números impressionantes, passou descrever em real – sem ajustes nem correções - um desempenho que adotava o dólar como moeda de comparação. A mudança se deu pela

simples razão da camuflagem de resultados, posto que essa moeda era paradigma de balizamento histórico das transações com o **mercado** de insumos, o forte da **produção** do polo industrial local.

Mudar a moeda para destacar números absolutos, sem ajustar valores e atualizar depreciação inflacionária, em muitos dados, significa recusar as evidências de um esvaziamento em processo, que adota o paradigma avestruz de descrição do real.

Antes que seja tarde demais

Como é possível soltar a franga num baile, que só agrada e recheia o discurso dos políticos, bajulados por técnicos, economistas e gestores públicos, estranhamente

concordes com a celebração perenal, sem crítica à escassez da infraestrutura de transportes, energia e comunicação?

Como engolir a indignação com a promessa continuamente descumprida do modelo de gestão do **Centro de Biotecnologia da Amazônia**, da protelação do marco regulatório e do processo produtivo básico dos demais polos de diversificação e interiorização da economia? Está passando a hora de parar para acertar, exigir a contrapartida dos bilhões que são recolhidos e engolidos pelos cofres federais antes que seja tarde demais.

	VEÍCULO JB ONLINE	EDITORIA	
	TÍTULO Congresso tem sessão hoje para concluir votação do Orçamento		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O Congresso Nacional realiza sessão hoje, às 19 horas, para votar a proposta orçamentária de 2013. O projeto foi aprovado pelo Plenário da Câmara na semana passada, mas faltou acordo no Senado para concluir a votação em sessão conjunta no mesmo dia. Matérias orçamentárias passam por duas deliberações, uma na Câmara e outra no Senado, no mesmo dia. Para cada Casa, é exigido quórum mínimo de presença e de votação.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, deverá iniciar o processo de votação imediatamente após abertura da sessão. Será preciso um quórum mínimo de 86 deputados e 14 senadores para iniciar os trabalhos. Para que o Orçamento de 2013 seja definitivamente aprovado, serão necessários os votos de pelo menos 41 senadores. A base aliada conta com 65 senadores.

O líder do governo no Congresso, senador José **PIM**entel (PT-CE), aposta em uma votação rápida. A fase de discussão foi encerrada na sessão da semana passada, e o único destaque apresentado foi rejeitado. Os senadores apenas decidirão se aprovam ou não o texto preparado pelo relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR). “Vai ser uma sessão curta”, afirmou Pimentel.

Obstrução

A votação da peça orçamentária não foi concluída na semana passada por obstrução do PSDB no Senado. O líder do partido, senador Aloysio Nunes Ferreira (SP), argumentou que a Constituição impede o Congresso de votar qualquer

matéria enquanto houver vetos pendentes de análise – existem 3.312 vetos presidenciais que ainda não foram apreciados. A obstrução foi facilitada pela falta de quórum entre os senadores, o que obrigou Renan Calheiros a adiar a conclusão da votação.

O senador Pimentel lembrou que o governo fez um acordo com a oposição em dezembro do ano passado para votar a proposta na Comissão Mista de Orçamento e no Plenário. O acordo passava pelo atendimento de demandas de bancadas e pela execução de emendas parlamentares. Na Câmara, o acordo foi cumprido com a aprovação do parecer de Jucá. Ele acredita que o mesmo ocorrerá nesta terça-feira no Senado.

Números

O texto que será analisado nesta terça contempla despesas de R\$ 2,28 trilhões, sendo R\$ 1,52 trilhão na esfera fiscal, R\$ 650,82 bilhões na seguridade social e R\$ 110,61 bilhões em investimentos das estatais. Os investimentos totais somam R\$ 196,91 bilhões. Esse número inclui o valor disponibilizado pelas estatais, mais R\$ 86,3 bilhões dos demais órgãos públicos federais, alocado nos orçamentos fiscal e da seguridade.

Durante a análise do projeto no Congresso, os investimentos subiram R\$ 20,51 bilhões por meio de emendas parlamentares. Esse valor foi integralmente coberto pela reestimativa de receita aprovada durante a tramitação do texto na Comissão de Orçamento.



VEÍCULO CENÁRIO MT	EDITORIA	
TÍTULO Tratamento diferenciado à <u>Zona Franca de Manaus</u> na reforma do <u>ICMS</u> é positivo, diz secretário		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O secretário da Fazenda do Estado do Amazonas, Afonso Moraes, elogiou a iniciativa do Governo Federal de manter as prerrogativas da Zona Franca de Manaus, tratando-a de forma diferenciada, em sua proposta de reforma do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

O projeto, enviado no começo do ano, tramita na forma do projeto de resolução do Senado (PRS 1/2013), e está sendo debatido pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado com secretários da Fazenda de sete estados e com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda e presidente do Conselho Nacional de Política Fazendária, Nelson Barbosa.